Ata da 335ª Reunião Ordinária da Comissão de Graduação (CG), realizada aos 8/5/2025, às 08h30, na sala 122, bloco B da Feusp, sob a presidência de Lívia de Araújo Donnini Rodrigues, com a presença das(os) membros: Ana Laura Godinho Lima, Douglas Emiliano Batista, Elie George Guimaraes Ghanem Junior, Emerson de Pietri, Ermelinda Moutinho Pataca, Mille Caroline Fernandes, Patrícia Aparecida do Amparo, Rosenilton Silva de Oliveira, Sylvia Lia Grespan Neves, a representante discente da Pedagogia. Nicoli Sabrina Tedeschi e a Sra. Solange Cleide Francisco, chefe do Serviço de Graduação. Os professores Eduardo Januário, Elizabeth dos Santos Braga e Fernando Cássio justificaram a ausência. **1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ATA. 1.1 -Ata da 332ª Reunião Ordinária da Comissão de Graduação (CG)**, realizada aos 6/02/2025. Colocada em discussão e, a seguir em votação, a Comissão de Graduação aprovou por 10 (deze) votos a favor e 1 (uma) abstenção. **2. EXPEDIENTE. 2.1 Comunicados da Presidência da CG.** A professora Lívia registrou o agradecimento à Comissão de Estágios dos Independentes e de TCC pelo empenho e dedicação demonstrados diante da demanda relativa à consulta pública sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a realização de estágios. Recordou que a solicitação, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação, exigia resposta em prazo extremamente curto, o que demandou a formação imediata de um GT na CLAP. Nesse contexto, foi solicitado ao professor Emerson que encaminhasse a questão à Comissão de Estágio, a qual prontamente organizou reunião extraordinária e elaborou um documento de alta qualidade, com propostas consistentes de alteração das diretrizes. O texto produzido destacou-se pela clareza, completude e pertinência, contemplando aspectos que frequentemente reduzem o estágio a um caráter meramente escolar ou técnico, além de resguardar a autonomia das escolas e universidades na sua organização. As sugestões apresentadas pela CEEITCC foram integralmente acolhidas e incorporadas ao texto final submetido ao Conselho Nacional de Educação, dentro do prazo estabelecido. Ressaltou-se, ainda, que o posicionamento da USP sobre o tema foi objeto de matéria publicada no

Jornal da USP. Dessa forma, foi formalmente registrado agradecimento ao professor Emerson e aos membros da CEEITCC pela pronta resposta, pela qualidade do trabalho realizado e pela contribuição decisiva para que a Feusp e a USP se fizessem representadas de forma sólida e consistente na consulta pública. A respeito do assunto durante a reunião, diferentes participantes manifestaram preocupações sobre a mobilização estudantil e as estratégias utilizadas, em especial a realização de piquetes com cadeiras nas portas das salas de aula. Foram relatados problemas de deslocamento de estudantes e docentes, como longas viagens até a faculdade e reservas de hospedagem, que acabam comprometidos por decisões de última hora. Houve a percepção de que o piquete, em alguns casos, causa desmobilização, ao transmitir a ideia de impedimento do diálogo e afastar parte da comunidade acadêmica. As falas destacaram a importância de apoiar a luta pelas cotas para pessoas trans e indígenas na USP, assim como outras ações de permanência estudantil. Mencionou-se a possibilidade de integrar atividades culturais, mostras e debates que ampliem o alcance da mobilização. Também foi lembrada a situação da educação básica, marcada pela precarização e pela necessidade de políticas inclusivas. Foi apontada a dificuldade de comunicação e engajamento. Muitas pessoas chegam às assembleias sem clareza sobre os temas em pauta. Defendeu-se maior antecedência na convocação das reuniões e mais espaços de diálogo permanentes, evitando decisões emergenciais que podem fragilizar o movimento. Houve consenso de que os métodos de mobilização podem divergir entre docentes e estudantes. Para os estudantes, o piquete é visto muitas vezes como forma legítima de afirmar a paralisação, enquanto parte do corpo docente considera que ele transmite uma mensagem de fechamento ao diálogo. Reforçou-se a necessidade de discutir quando e como utilizar esse tipo de ação, de modo a fortalecer a luta e não gerar ruídos internos. Foi sugerida a retomada das assembleias conjuntas entre estudantes, docentes e funcionários, práticas já realizadas em outros momentos, para garantir maior unidade. Também se propôs planejar mobilizações de forma articulada com o

calendário da universidade e com eventos externos, como debates sobre equidade na educação. Em síntese, as falas convergiram na importância de fortalecer o diálogo entre os diferentes setores, garantir maior clareza na comunicação e refletir coletivamente sobre os métodos de mobilização, de forma a ampliar o engajamento sem gerar desconfiança ou isolamento. Foi estabelecido o calendário para a eleição da nova coordenação da CoC Pedagogia, em razão do término do mandato atual em junho. Registrou-se agradecimento em virtude das mudanças na composição dos membros da CoC. O EDA alterou sua representação, passando a ser composta pelo professor João Branco e seu suplente, professor Júnio Hora. Informou-se ainda que a CoC Pedagogia deixará de contar com a participação do professor Rosenilton, após longa atuação desde sua entrada. Ressaltou-se que sua ausência será sentida, considerando sua relevante contribuição, tanto como coordenador quanto como membro engajado, ativo e colaborativo após deixar a coordenação. Registra seu agradecimento ao professor Rosenilton pelo trabalho prestado ao longo dos anos e pelo apoio contínuo à CoC Pedagogia. **Informes:** Realização da reunião ampliada da CLAAP, com a participação de coordenadores de curso, dirigentes de unidades e representantes do Conselho Estadual de Educação. Foi relatado que, no período da manhã, a discussão com as conselheiras, sobre as DCNs, não atendeu às expectativas, uma vez que houve divergências entre as próprias representantes e ausência de respostas às questões enviadas previamente pela CLAP. Registrou-se que a Faculdade de Educação permanece sem esclarecimentos sobre os critérios de avaliação a serem aplicados no próximo ano, o que gera insegurança institucional. No período da tarde, a reunião contou com a presença dos professores Ulisses, Ana Luísa e Ana Júlia, que apresentaram informações mais consistentes, sobretudo sobre a participação da USP no ENADE. Ressaltou-se que o novo modelo de exame apresenta avanços em relação ao anterior, mas ainda existem preocupações, principalmente quanto à prova prática e à forma como ela está estruturada. Foram feitas várias perguntas pelas CoCs, especialmente sobre a

operacionalização da adesão e sobre a obrigatoriedade da prova prática em caráter censitário. Algumas questões não foram respondidas pelo INEP, o que gerou insatisfação. A professora Lívia enfatizou que, uma vez confirmada a adesão, será necessário engajamento da Faculdade de Educação, sobretudo dos docentes com experiência em avaliação em larga escala, para acompanhamento e aprofundamento das discussões. Destacou, ainda, que a participação da Comissão de Estágios foi fundamental para iniciar debates internos e externos, reforçando a importância da manifestação qualificada da Faculdade de Educação nesses espaços. Em seguida, foram repassados outros informes: Congresso de Graduação: agendado para os dias 6 a 9 de agosto, em Pirassununga. O dia 9 será dedicado ao encontro dos PIBIDs da USP. A programação detalhada será divulgada em breve. Fuvest: informou-se que, neste ano, todo o processo seletivo ocorrerá em 2025, com ingresso em 2026. A primeira fase será em 23 de novembro e a segunda fase em 14 e 15 de dezembro, o que permitirá melhor organização acadêmica e calendário mais adequado para as matrículas. Bolsas: registrou-se que as bolsas dos programas SEDUC, PROIAD, PUB Ensino e PIBID foram quase totalmente preenchidas, alcançando números próximos à cobertura integral dos estudantes de licenciatura. **2.2. Comunicados da Comissão de Estágio, Estudos Independentes e TCC.** Não houve manifestação. **2.3. Comunicados da CoC Licenciaturas**. A professora Ana Laura informou que, na condição de coordenadora da CoC Licenciatura, tomou ciência, por meio da representante discente, do andamento do processo relacionado às licenciaturas em Linguística, Grego e Latim. Constatou-se falha de comunicação institucional, pois a informação circulava apenas entre estudantes. O coordenador da CoC Licenciatura da Letras, professor Paulo Segundo, confirmou o andamento do processo e encaminhou documentação elaborada pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Relatou ainda que o tema foi discutido no Conselho do Departamento e que será promovido diálogo entre docentes e discentes das áreas de Grego e Latim, com participação da CG. **2.4. Comunicados do**

Serviço de Graduação. A servidora Solange, responsável pelo Serviço de Graduação, informa que o quadro de disciplinas do segundo semestre já está concluído, embora o cadastro no sistema só possa ser realizado no próximo mês, em razão do calendário diferenciado do Programa PAE da pós-graduação. Noticiou-se que a servidora Carla, atualmente na Seção de Alunos, foi autorizada a transferir-se para o MEB, o que implicará a ausência de funcionário técnico no período da manhã. **2.5. Comunicados da CoC Pedagogia.** A professora Patrícia comunica que a Semana da Educação está sendo organizada com grande intensidade e participação dos alunos, que desde o início do semestre vêm trabalhando no evento. A coordenação deste ano está sob responsabilidade dos professores Mille, João Branco e Lívia, que também faz a ponte com o INEI – International Network of Educational Institutions, previsto para ocorrer na mesma semana, com atividades integradas. O tema do evento é "Educação em Cruzo: Territorialidades, Heranças Culturais e Tecnologias". A comissão organizadora estruturou uma ampla programação, destacando-se a atuação da subcomissão de comunicação, que tem desenvolvido materiais de divulgação, vídeos e propostas criativas para ampliar o alcance das atividades. Foi ressaltada a importância de orientar os docentes quanto à inclusão da Semana da Educação em seus planos do semestre e de esclarecer que a participação é aberta a todas as licenciaturas. Além disso, foi lembrada a necessidade de informar, com antecedência, eventuais demandas de tradução e interpretação de Libras, em razão da renovação do contrato de intérpretes. **2.6. Comunicados dos membros.** A representante discente, Nicoli, se manifesta contextualizando as duas paralisações ocorridas na Feusp, distintas em suas motivações, mas que dialogaram entre si. A primeira ocorreu em apoio à greve dos professores da rede municipal de São Paulo, considerada uma das maiores dos últimos anos, que envolveu desde EMEIs e Centros de Educação Infantil até escolas de ensino fundamental. A mobilização surgiu diante da falta de reajuste salarial em 2023 e contra o Projeto de Lei nº 416/2025, apresentado pelo prefeito Ricardo Nunes, que previa medidas entendidas como

de desmonte da educação pública municipal, entre elas: mudanças na aposentadoria dos docentes, regras para readaptação de professores fora da sala de aula, rodízio de professores-módulo e possibilidade de privatização da gestão escolar. O projeto também previa a criação de rankings de desempenho das direções escolares, a partir de avaliações em larga escala, com possibilidade de substituição de diretores concursados. No auge da greve municipal, o movimento estudantil da Feusp avaliou que a luta também dizia respeito aos futuros professores e decidiu realizar assembleia. Apesar do histórico de baixa mobilização, a participação foi significativa, resultando na aprovação da paralisação em solidariedade à greve. Inicialmente não se discutiu o piquete, mas, diante da resistência de parte do corpo docente e da notícia da aprovação do PL 416/2025 na Câmara Municipal, os estudantes deliberaram pela adoção do piquete, o que levou à suspensão das aulas em apoio à categoria docente. A segunda paralisação esteve vinculada à luta pela aprovação das cotas para pessoas trans na USP. Desde 2023 havia um Grupo de Trabalho criado para tratar do tema, mas somente em 2025 ocorreu sua primeira reunião. O tema ainda não avançou no Conselho de Inclusão e Pertencimento (COIP), diferentemente de outras universidades estaduais, como a UNICAMP, que já aprovaram tais medidas. Diante disso, a Coletiva Trans da USP, representada pela Xica Manicongo, intensificou a articulação política. Em resposta, diversos institutos da USP, 58 ao todo, em diferentes campi, paralisaram suas atividades em apoio às cotas trans, seguindo calendário conjunto aprovado em assembleias estudantis. Na Feusp, foi convocada nova assembleia, na qual os estudantes aprovaram a paralisação e, desta vez, deliberaram expressamente pelo piquete. A organização buscou preservar atividades consideradas essenciais, como bancas de qualificação e aulas de pós-graduação, realocando-as quando possível, a fim de reduzir os impactos sobre docentes e estudantes. Por fim, foi registrado que a discussão sobre as cotas trans na USP segue atrasada em comparação a outras universidades. No COIP, o tema ainda não foi incluído como pauta efetiva de

deliberação, e a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento anunciou apenas a elaboração de um relatório sobre a presença de pessoas trans na USP, com prazo de 90 dias. Avalia-se, portanto, que dificilmente a política será implementada em 2025, mantendo a USP atrás de outras instituições que já aprovaram cotas étnico-raciais e, agora, avançam com cotas trans. **3. ORDEM DO DIA. 3.1. Proposta de atualização da Portaria Conjunta CIP/CG - 38/2024, de 26/09/2024, face à aprovação da Resolução CoG 8754/2025.** A professora Lívia contextualizou que, em 2024, foi aprovada a portaria da Feusp, após extenso processo de construção e alinhamento com discussões da CIP, que incluíram a criação de um GT sobre pessoas com deficiência. A portaria contemplou práticas de acessibilização pedagógica, produção de materiais em formatos acessíveis e procedimentos de afastamento acadêmico. Em fevereiro de 2025, o CoG aprovou uma resolução específica sobre afastamentos, restringindo os casos de estudos domiciliares exclusivamente a licenças médicas por motivo de saúde física. A resolução previu que os afastamentos decorrentes de questões de saúde mental seriam regulados futuramente por normativa própria, ainda inexistente. A Portaria Feusp permanece mais abrangente do que a resolução do CoG, pois contempla afastamentos também por motivo de saúde mental e por casos relacionados ao TEA. Entretanto, não há regulamentação formal do CoG ou do Conselho Central de Inclusão e Pertencimento sobre esses temas, havendo apenas orientações indicativas, sem força procedimental. Na reunião do CoG outra unidade da USP solicitou esclarecimento quanto à possibilidade de uma Portaria local regulamentar matéria além do previsto em resolução superior. A resposta técnica foi de que não é permitido. Diante disso, constatou-se a necessidade de ajustes na Portaria Feusp, de modo a alinhá-la à resolução do CoG e evitar conflitos normativos. A proposta apresentada consistiu em: Manter o conteúdo principal da Portaria; Alterar o parágrafo único do artigo 3º, para adequação da redação sobre acomodação das atividades acadêmicas; No artigo 6º, inciso II, do parágrafo 3º, restringir a possibilidade de afastamento a disciplinas sem

estágio, em consonância com a Resolução CoG de 26 de fevereiro de 2016, limitada a afastamentos por saúde física; No artigo 7º, alinhar as orientações dirigidas ao corpo docente às Portarias PRIP nº 65 e nº 59, que tratam de deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Com essas alterações, a Portaria Feusp estará em conformidade com o CoG, garantindo segurança normativa e evitando questionamentos ou revogações de suas disposições. Após discussão, a CG aprovou a Portaria com 9 votos favoráveis, por unanimidade. **3.2. Disciplina PRG - viagem estruturante em rodízio com saúde pública e enfermagem.** A professora Lívia contextualiza destacando a existência de diferentes modalidades de disciplinas na universidade, com foco especial nas disciplinas PRG. Foi explicado que as disciplinas PRG são regidas por normativa específica, sendo optativas livres que não podem constar como obrigatórias em nenhum currículo. Têm como propósito atender demandas acadêmicas que extrapolam uma única unidade, sendo oferecidas sem restrição de vagas por curso. A proposição é feita por docentes, por vezes articulada pela própria PRG. Salientou-se que a carga horária dedicada a essas disciplinas não integra o cômputo da jornada didática regular do professor em sua unidade de origem, servindo apenas como atividade complementar. Problemas Identificados no Processo: Apesar de a normativa prever que as unidades apenas tomem ciência da criação dessas disciplinas, na prática, o Serviço de Graduação da Feusp tem frequentemente arcado com a abertura de turmas, cadastramento e acompanhamento de matrículas, gerando ônus operacional para disciplinas que não são de nossa responsabilidade exclusiva. Nesse caso específico a disciplina PRG envolve a Faculdade de Educação, a Faculdade de Enfermagem e a Faculdade de Saúde Pública, na qual foi exigida uma atividade externa (viagem estruturante). A Feusp, embora não avalie o mérito da disciplina, acabou responsabilizando-se pela logística e custos operacionais da atividade, com verbas repassadas posteriormente pela PRG. Para resolver o caso em questão, foram tomadas as seguintes providências: a. Foi solicitado à docente responsável que anexasse ao processo formal as manifestações de

concordância das unidades coenvolvidas (Enfermagem e Saúde Pública). b. Firmou-se um acordo de rodízio para a gestão das turmas, cabendo à Faculdade de Saúde Pública a responsabilidade pela contratação da logística para as duas próximas edições da disciplina. A professora Lívia informa que registrou uma solicitação à PRG para que promova uma revisão da normativa que rege as disciplinas PRG. O objetivo é clarificar os fluxos operacionais e distribuir de forma mais equilibrada as responsabilidades burocráticas entre as unidades envolvidas e a PRG, evitando sobrecarregar os serviços de graduação das unidades. A professora Lívia esclarece que a proposta da criação da disciplina foi aprovada ad referendum devido à urgência, pois integra mudança de estrutura curricular com prazo para aprovação até a última semana de abril. Após discussão, a CG referendou com 10 votos favoráveis, por unanimidade. **3.3 - Criação de vagas para ingresso por meio de Competições do Conhecimento (Olimpíadas).** A professora Lívia contextualizou que as vagas em questão são criadas além do número regular de vagas oferecidas pelo vestibular. Atualmente, o curso mantém 180 vagas no total, mais duas vagas destinadas ao programa PEC-G, das quais apenas uma se encontra ocupada. Foi ressaltado que, historicamente, a Feusp tem se posicionado contra a criação desse tipo de vaga extra. O posicionamento contrário fundamenta-se em dois aspectos principais: primeiro, na defesa do sistema de cotas e do concurso vestibular como mecanismos de acesso já consolidados e considerados suficientes; e segundo, em uma discordância de princípio com a criação de um caminho de acesso excepcional que premia individualmente alunos já destacados, o que pode conflitar com a perspectiva de uma educação inclusiva e universalista. Para embasar a discussão, foram apresentados dados referentes ao preenchimento de vagas na Universidade no último processo seletivo. Enquanto as vagas regulares da Fuvest e do ENEM-USU tiveram um índice de preenchimento superior a 96%, as 219 vagas olímpicas criadas tiveram apenas 84 matrículas efetivadas, resultando em um preenchimento inferior a 40%, o mais baixo entre todas as modalidades de ingresso. Após

discussão se manifestou contrária, com 11 votos, à criação das vagas para ingresso por competições de conhecimento. **PARA CONHECIMENTO. 3.4 - Preenchimento das vagas no vestibular 2025.** Pela primeira vez, a Feusp recebeu uma tabela detalhada que demonstra a movimentação dos estudantes em todas as modalidades de acesso: Fuvest, Ampla Concorrência, ENEM-USP e Provão Paulista. O documento especifica o número de convocações realizadas e o total de matrículas efetivamente concretizadas em cada modalidade. Foi salientada a significativa diferença entre a quantidade de candidatos convocados e o número daqueles que efetivam a matrícula. Este fenômeno é atribuído à dinâmica contemporânea do acesso ao ensino superior, intensificada pela operação do SISU, na qual os candidatos frequentemente concorrem a vagas em múltiplas instituições e cidades simultaneamente. Apesar de uma inicial preocupação com o baixo índice de matrículas no início do período, o processo foi regularizado e a Feusp atingiu 100% de preenchimento de suas vagas oferecidas. Foi registrado que um candidato convocado na última chamada confirmou sua matrícula, embora a tenha cancelado posteriormente, quando não era mais possível convocar outro candidato. O documento, de natureza pública, foi disponibilizado para análise e poderá ser utilizado para pesquisas acadêmicas, particularmente para contrastar as taxas de preenchimento entre as diferentes modalidades de acesso e analisar a eficácia do sistema de "vasos comunicantes". Este mecanismo permite o ajuste dinâmico de vagas entre modalidades para otimizar o preenchimento, assegurando que vagas ociosas em uma modalidade sejam realocadas para outras onde haja candidatos aptos em lista de espera. Após manifestações ficou acordado que os dados devem ser objeto de estudo mais aprofundado. Foi proposta a elaboração de uma análise detalhada sobre o preenchimento de vagas, a ser apresentada em futura reunião pedagógica, com o intuito de melhor compreender o perfil de ingresso e a atratividade do curso no cenário atual do ensino superior. **3.5 Of. CEEITCC 04/2025 - Atualização da listagem de instituições concedentes de estágio não**

obrigatório. O professor Emerson contextualiza. Na última reunião da CEEITCC a listagem foi aprovada. Ao analisar os contratos de estágio encaminhados à CEEITCC, observa-se que a grande maioria das vagas é em escolas. Eventualmente, surgem oportunidades em outros setores, mas, de modo geral, mesmo essas estão relacionadas à atuação do educador. Um contrato que chamou a atenção recentemente foi para um estágio em uma clínica de saúde mental. Esse caso é interessante por dialogar com temas que temos debatido, pois evidencia um campo de atuação possível para o educador em contextos de terapia. Outro exemplo notável foi um estágio em uma empresa farmacêutica. Nesse caso, a provável atribuição do estagiário seria atuar na formação ou capacitação de equipes de vendas, o que se relaciona com a dimensão educativa da comunicação e da permanência estudantil. A professora Lívia salienta, acompanhamos essas listas com o intuito de mapear onde nossos estudantes estão estagiando. Embora ocasionalmente apareçam oportunidades atípicas, como em corretoras ou farmacêuticas, os dados do último levantamento confirmam que a esmagadora maioria dos contratos é com instituições de ensino. É importante destacar que há uma modalidade de estágio que não aparece nessas listas da CEEITCC: os estágios realizados dentro da própria USP. Mencionou como exemplo, ter emitido seis pareceres para estágios nas creches da USP. Além disso, há uma demanda recorrente da Faculdade de Saúde Pública, cujos programas de pós-graduação frequentemente contratam nossos estudantes para atuar no apoio à gestão de seus programas educacionais. A Creche e a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) também são unidades que oferecem estágios regularmente. Em geral, são esses os três principais campos de estágio dentro da USP. Todos eles, de alguma forma, relacionam-se com a formação do licenciado. Por exemplo, quando um estudante é contratado para o "apoio à gestão de um programa" na Saúde Pública, as atividades desenvolvidas estão intrinsicamente ligadas à vertente de gestão educacional presente em nosso curso de licenciatura. Portanto, mesmo que à primeira vista pareça incomum, essa experiência é

totalmente pertinente à sua formação. **3.6 Estrutura Curricular da Licenciatura em Pedagogia 2025.** A professora Lívia relatou um problema técnico com o sistema Júpiter que resultava na emissão de históricos escolares com carga horária inferior à totalidade do curso. Origem do Problema: A causa raiz foi uma alteração na arquitetura do Júpiter para acomodar a curricularização da extensão. Essa modificação fez com que linhas de código personalizadas, que antes garantiam a leitura correta do currículo específico da Faculdade de Educação, fossem desativadas. Consequentemente, o sistema passou a interpretar as disciplinas estritamente conforme o padrão central da USP, que reconhece apenas duas modalidades para creditar horas: crédito-aula e crédito-trabalho. A Faculdade de Educação utilizava o campo "crédito-trabalho" exclusivamente para registrar horas de estágio. No entanto, o padrão da USP é mais amplo: esse mesmo campo pode ser usado para Prática como Componente Curricular (PCC), estudos dirigidos, estudos independentes e outras atividades. Com a desativação do código personalizado, centenas de horas de PCC e estudos independentes do currículo de Pedagogia não eram mais contabilizadas, pois não estavam convertidas em créditos-trabalho. Solução Implementada: Para resolver o impasse, foi necessário realizar um complexo ajuste no cadastro das disciplinas no sistema. A solução envolveu: Conversão de Horas em Créditos: Parte das horas de PCC foi convertida em créditos-trabalho em disciplinas selecionadas. Por exemplo, a disciplina de Didática, que tinha 4 créditos-aula (60h) + 25h de PCC, foi reconfigurada para 4 créditos-aula + 1 crédito-trabalho (30h), totalizando 5 créditos (90h). As 25h de PCC estão agora contidas dentro desse crédito-trabalho. Uso da Categoria ATPA: Para os estudos independentes (200h), foi utilizada a categoria oficial do Júpiter chamada "ATPA" (Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento), criada justamente para atender a uma resolução nacional de formação de professores. A nomenclatura local "estudos independentes" foi mantida como "nome fantasia" para a comunidade, mas o lançamento formal é feito como ATPA no sistema. Resultado: Com essas alterações, o sistema Júpiter agora

interpreta e totaliza corretamente a carga horária completa do curso. A linha azul no sistema mostra a carga horária total da disciplina (ex.: 90h), e as informações após essa linha (PCC, extensão) caracterizam a composição dessas horas, mas não são somadas novamente, evitando a duplicação. **3.7 - Andamento da vida acadêmica: PEC-G**. A professora Lívia informa que em resposta à demanda apresentada, na última reunião da CG, buscou informações e apresenta a situação dos estudantes vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Feusp. a) Situação do Estudante Matriculado: O estudante está bem integrado e adaptado ao ambiente da Feusp. Segue um resumo dos apoios e do seu acompanhamento. Documentação e Apoio Financeiro: O estudante recebeu auxílio para a obtenção do Registro Nacional Migratório junto à Polícia Federal e para realizar sua inscrição no Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE). Posteriormente, foi aprovado integralmente no PAPFE, garantindo assim suporte financeiro para sua permanência. Integração na Universidade: Participou da reunião de recepção aos estudantes de intercâmbio, evento organizado pela Comissão de Cooperação Nacional e Internacional (CCNIT) em conjunto com a FAU, ECA e Poli. Essa participação tem favorecido sua integração com alunos de outras unidades. Busca por Oportunidades: Seguindo orientações do professor tutor, candidatou-se a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Embora tenha ficado em lista de espera, demonstra interesse em buscar outras oportunidades de bolsa e está se familiarizando com os programas e siglas da USP. Acompanhamento e Acolhimento: A CCNIT mantém contato frequente com o estudante. Ele também conta com um excelente suporte no setor de Apoio Acadêmico, onde a servidora Márcia tornou-se uma referência central para ele, oferecendo suporte presente e direto para qualquer necessidade. De modo geral, avalia-se que o acolhimento e o acompanhamento oferecidos ao estudante têm sido eficazes, garantindo seu bem-estar e adaptação. B). Situação do Segundo Estudante (Não Consolidada). Conforme previsto no

protocolo do Ministério da Educação (MEC), a consolidação da vaga no PEC-G está condicionada à apresentação e à aprovação de toda a documentação exigida pelo estudante selecionado. No caso do segundo estudante, o processo não se consolidou, pois ele não cumpriu a etapa de envio da documentação necessária dentro do prazo estabelecido. Dessa forma, embora tenha sido selecionado, sua matrícula não foi efetivada, e o estudante não veio para a Feusp. **4. INCLUSÃO. 4.1. Estudante da licenciatura em Letras.** A professora Ana Laura contextualiza a situação da estudante. A estudantes afastamento por questões de saúde mental e autorização para realizar exercícios domiciliares, visando concluir o curso sem precisar comparecer presencialmente à universidade, devido a uma situação traumática vivenciada no campus. A estudante retornou para sua cidade natal, onde reside sua família. Um ponto que chamou atenção foi sua matrícula em nove disciplinas, sendo três na Faculdade de Educação (Feusp) com carga significativa de estágio. A situação inicial era complexa, pois não estava claro como viabilizar o estágio (que é essencialmente presencial) em regime domiciliar. Após contato direto com a estudante e reuniões com docentes e comissões (CEEITCC, Comissão de Inclusão e Pertencimento), esclareceu-se que: Seu principal impedimento é comparecer ao campus, não realizar atividades externas. Ela demonstrou condições de realizar os estágios presencialmente em sua cidade; Seu desejo é concluir o curso ainda este ano, mas a carga de nove disciplinas, somada ao seu estado de saúde, era inviável. Diante disso, a CoC Licenciaturas propôs o seguinte plano para viabilizar sua progressão: Trancamento da disciplina POEB, reduzindo sua carga horária imediata; Manutenção das disciplinas Psicologia da Educação e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa em regime de estudos domiciliares; Os estágios vinculados a essas disciplinas seriam realizados presencialmente em sua cidade, com ela buscando uma escola local para cumpri-los; No segundo semestre, ela cursaria as disciplinas subsequentes, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa II e POEB, com um planejamento adequado. Esta proposta

foi discutida e aprovada pelos docentes envolvidos, incluindo aqueles que não puderam participar da reunião inicial. A professora Lívia esclarece os motivos que o ponto foi trazido para a reunião por questões procedimentais e legalidade. Este caso é excepcional e foge ao regramento padrão por dois motivos: Protocolos divergentes. A FFLCH orienta o estudante a negociar diretamente com cada professor. Já na Feusp, o protocolo estabelece que o pedido deve passar pelo Serviço de Graduação, que articula com as CoCs um plano unificado, evitando que o estudante tenha que gerenciar múltiplos contatos em um momento de fragilidade. A medida contraria uma resolução do CoG que restringe afastamentos por saúde mental. No entanto, duas prerrogativas justificam a ação. O pedido foi protocolado na FFLCH antes da aprovação da referida resolução e a estudante já havia iniciado tratativas com professores sob as regras antigas, criando uma situação consolidada. Para garantir amparo legal, foi estabelecido contato com o presidente da CG da FFLCH, que se comprometeu a levar o caso para apreciação em sua própria CG, buscando um encaminhamento conjunto e pró-estudante. Colocada em discussão, a CG aprovou por unanimidade, com 11 votos a aprovação do plano de estudos domiciliares para as disciplinas de Psicologia da Educação e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, o trancamento da disciplina POEB e a comunicação formal à estudante sobre o novo encaminhamento. **4.2. Estudante solicita reconsideração de cancelamento de matrícula.** A professora Lívia lembra que o Artigo 74 do Regimento Geral da USP determina o desligamento sumário de estudantes em casos específicos, sendo este procedimento conduzido centralmente pela universidade, e não pela unidade. O desligamento ocorre quando o aluno, no primeiro semestre, apresenta frequência zero em todas as disciplinas; quando, em dois semestres consecutivos, não obtém nenhum aproveitamento de créditos; ou quando, ao longo de um ano, matricula-se e é reprovado em todas as disciplinas cursadas. Nessas situações, a vaga é liberada para processos de transferência interna e externa, de modo a não permanecer ociosa. Há a possibilidade de retorno ao

curso, regulada por edital anual da Pró-Reitoria de Graduação (PRG). Após a divulgação da lista de desligamentos, é concedido prazo para requerimentos, mas a reintegração não é imediata: o estudante permanece desligado durante um ano e, somente após análise, pode ser reintegrado à sua vaga. A identificação dos casos é feita pelo sistema Júpiter, com base em registros de frequência e notas. Assim, é fundamental que os docentes lancem corretamente essas informações, evitando desligamentos injustos. O Serviço de Graduação revisa a lista inicial para corrigir erros estritamente procedimentais, como notas não lançadas, trancamentos não registrados ou matrículas equivocadas. Após essa revisão, a PRG comunica individualmente os estudantes, concedendo prazo de dez dias para apresentação de justificativa; a ausência de manifestação confirma o desligamento. Sobre a solicitação da aluna, transferida desligada por apresentar zero de frequência e de notas em todas as disciplinas cursadas. Embora tenha alegado não compreender que a regra se aplicava também a estudantes de transferência, o regulamento é claro: todo aluno ingressante na USP, seja por vestibular ou transferência, está sujeito às mesmas disposições. Nesse contexto, não há possibilidade de exceção, restando apenas a alternativa de solicitar retorno ao curso, no período estabelecido. Ressalta-se, por fim, a importância de que os docentes registrem corretamente a frequência parcial dos alunos, evitando que lançamentos indevidos de frequência zero levem à interpretação de abandono e causem prejuízos acadêmicos injustificados. Colocada em discussão, a CG indeferiu por unanimidade, com 11 votos a solicitação da estudante. Nada mais havendo a tratar, às 12h30m, a professora Lívia de Araújo Donnini Rodrigues agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. Eu, Rosangela Correia da Silva Bernardo Ferreira, lavrei a presente ata que será assinada pela Presidenta à sessão de sua aprovação. São Paulo, 8 de maio de 2025.

Profa. Dra. Lívia de Araújo Donnini Rodrigues
Presidenta da Comissão de Graduação